



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
COLÉGIO DE DIRIGENTES
Avenida Rio Branco, 50 – Santa Lúcia – 29056-255 – Vitória – ES
27 3357-7500 – ramal 2044 / 2013

Ata da reunião ordinária do Colégio de Dirigentes do Ifes

2 de setembro de 2016

No dia dois de setembro de dois mil e dezesseis reuniu-se, o Colégio de Dirigentes do Instituto Federal do Espírito Santo, às dez horas, na Fábrica de Ideias, sob presidência do Reitor Denio Rebello Arantes, com a presença dos seguintes membros: da Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional, sr. Ademar Stange; da Pró-reitoria de Ensino, sra. Araceli Verônica Flores Nardy Ribeiro; da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, sr. Márcio Almeida Cói; da Pró-reitoria de Extensão, sr. Renato Tannure Rotta de Almeida; do Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância, sr. José Mário Costa Júnior; da Diretoria de Gestão de Pessoas, sra. Danusa Simon Robers; da Diretoria Executiva, sr. Mauro Silva Piazzarollo, do campus Alegre, sra. Maria Valdete Santos Tannure; do campus Aracruz, sr. Hermes Vazzoler Júnior; do campus Barra de São Francisco, sr. Jean Rubyo de Oliveira Lopes; do campus Cachoeiro de Itapemirim, sr. Carlos Cezar de Oliveira Bettero; do campus Cariacica, sr. Lodovico Ortlieb Faria; do campus Centro Serrano, sra. Adriana Piontkovsky Barcellos; do campus Colatina, sr. Luiz Braz Galon; do campus Ibatiba, sr. Flávio Eymard da Rocha Pena; do campus Itapina, sr. Anderson Mathias Holtz; do campus Linhares, sr. Antônio de Freitas; do campus Montanha, sr. André dos Santos Sampaio; do campus Nova Venécia, sr. Welliton de Resende Zani Carvalho; do campus Piúma, sra. Cláudia da Silva Ferreira; do campus Santa Teresa, sr. Moacyr Antônio Serafini; do campus São Mateus, sr. Mário César dos Santos Júnior; do campus Serra, sr. José Geraldo Neves Orlandi; do campus Venda Nova do Imigrante, sr. Fabiano Calman; do campus Viana, sra. Edna dos Reis; do campus Vila Velha, sra. Denise Rocco de Sena; do campus Vitória, sr. Ricardo Paiva. Presidente abre a reunião e faz a leitura da minuta da pauta, com os seguintes itens: **1. Informes; 2. Proposta de distribuição de vagas para Dinters; 3. Descentralização de orçamento para execução de bolsas de extensão; 4. Proposta de alteração do valor da taxa de inscrição no PS Técnico; 5. Análise da minuta de edital de contratação de professor substituto centralizada; 6. Problemas em relação a progressão docente.** Abre o **item 1**, relatando que semana passada foi realizada uma conversa entre a gestão e o Sinasefe motivada pela preocupação de ambas as partes a respeito da atual situação econômica e política do país, acrescentando que o sindicato solicitou um espaço na reunião do Colégio de Dirigentes para apresentar ações e propostas que visam minimizar ou reduzir os impactos financeiros na instituição e como os dirigentes podem ajudá-los. Passa a palavra para a servidora Simone que ao se apresentar aos dirigentes e também o servidor Leomar, coordenador do Sinasefe, relata que o sindicato procurou a Reitor para discutir os projetos de lei que estão tramitando no congresso e os impactos destes, caso sejam aprovados, na instituição. Apresenta o PLS 193/2016 – escola sem partido; a Pec nº 241 – emenda a constituição e a medida provisória nº 727 de maio/2016; expondo a nocividade destes para com o serviço público e a atuação da grande mídia na divulgação e apoio aos projetos e, conseqüente, difamação dos servidores públicos. Explica que a intenção da Pec nº 241 é instituir um novo regime fiscal durante um período de vinte anos, garantindo uma correção dos gastos do governo pelos índices inflacionários, destacando que, aparentemente, parece uma ação

positiva, no entanto, acrescenta que, a partir de sua implantação, a reversão será muito difícil. Esclarece que, por 20 anos, as despesas do serviço público serão limitadas, destacando que o limite de exercício do ano anterior é o parâmetro para próximo exercício. Revela a proposta do governo de reduzir em 54% o orçamento de 2017, acrescentando que essa medida vai impossibilitar a manutenção da estrutura física, prejudicar a entrada de alunos, dentre outros, etc. Destaca que a Pec nº 241 prejudicará os servidores, uma vez que impossibilitará a completa implementação do plano de carreira. Relata que a medida provisória nº 727 que possibilita a desestatização baseada em critérios como eficiência, tem o objetivo de precarizar o serviço público. O PLS nº 193/2016 – escola sem partido tem questões que prejudicam muito o ensino, exemplifica situações em que o professor deve respeitar o direito dos pais pela opção religiosa e moral, questionando a seguir, a forma como isso vai ser aplicado e fiscalizado em sala de aula. Relata que, segundo o PLS 193/2016, caso o pai de aluno considere que uma ação de professor se caracteriza como uma agressão a suas concepções, pode processar o servidor por meio de PAD. Acrescenta que é de senso comum a reclamação de pais a respeito da conduta de alguns profissionais, advertindo que uma coisa é um projeto estabelecer que o professor não pode fazer propaganda política, outra é o professor fazer um esclarecimento político sobre os acontecimentos no Brasil. O servidor Leomar relata que diante dessas medidas que se constituem um ataque ao ensino, o Sinasefe se propôs estabelecer um diálogo com os dirigentes, para que juntos, possam executar ações que conscientizem a sociedade. Revela que os sindicatos estão muito preocupados com a possível aprovação da PEC nº 241, destacando que a maioria dos servidores e dos pais de alunos desconhecem o que irá acontecer caso o projeto seja implementado. Ressalta que o Ifes é uma instituição de referência na educação do estado, enfatizando que em muitos casos, o instituto é mais lembrado do que a Ufes. Relata que muitos campi ainda estão em construção, explicando que, caso a Pec seja implementada, esses processos podem ser muito prejudicados, podendo, em alguns casos, inviabilizar o funcionamento dos campi. Informa que a presença do sindicato nessa reunião é solicitar apoio aos dirigentes que se caracterizaria pela autorização de reunir a comunidade acadêmica dos campi com o intuito de prestar os devidos esclarecimentos, para depois propor alguma deliberação. Divulga que está previsto passeatas em Brasília para os dias 12,13 e 14 de setembro, e também uma paralisação geral no dia 13 de setembro. Solicita que os dirigentes liberem os servidores que queiram participar da passeata para que o quantitativo seja expressivo o suficiente para provocar uma mobilização política. A servidora Simone esclarece que a convocação ou convite por parte da gestão é mais efetiva que a convocação por parte do sindicato, solicitando que os dirigentes também participem dos eventos e que disponibilizem um dia da agenda do campus para realizá-los. Solicita que todos acessem o site do senado e votem contrários a Pec nº 241 e a PLS nº 193/2016. Relata que os servidores públicos devem ser cuidadosos, justificando que a população está sendo orientada por uma mídia que sempre denegri a imagem do serviço público, acrescentando que grande parte da população é dependente da saúde e educação pública, destacando que, caso a PEC 241 seja aprovada, dificilmente, o Ifes conseguirá manter a atual qualidade no ensino. Relata que, além dos servidores, seria interessante que os alunos e seus pais também participassem das reuniões, pois eles também serão afetados. O dirigente Ricardo concorda e parabeniza a estratégia do Sinafese, acrescentando que muitas vezes os dirigentes se sentiam irritados pelas ações da antiga diretoria. Destaca que se deve ter estratégias distintas para cada campus, enfatizando que o momento atual é de grande seriedade, classificando-o com pior do que aquele do governo FHC. Relata que se deve escolher o melhor dia e horário, ressaltando que não se pode obrigar os servidores a participar e sugerindo a presença de um palestrante. O pró-reitor Renato Tannure parabeniza o sindicato pela iniciativa, enfatizando que o diálogo é fundamental e destacando que deve-se criar parcerias quando se trata de interesse comum. O servidor Leomar relata que a nova

diretoria assumiu em maio, a partir desse momento iniciou-se visitas aos campi com o intuito de estreitar as relações com os servidores e dirigentes, destacando a aproximação do sindicato e reitora. Exemplifica que essa aproximação possibilitou acordos comuns e soluções de problemas cujas origens são de Brasília, mas o reitor é alvo de todas as reclamações. O Presidente parabeniza a comissão responsável pela elaboração do edital composta pelas servidoras: Lorena Lucena Furtado, Katharine Maia dos Santos, Mariana Biancucci Apolinário Barbosa, Melissa Rodrigues Sathler, Priscila Lopes Roldi Azevedo e Roberta Almeida de Sousa Barros e passa a palavra para professora Mariana que relata que já iniciou o levantamento das informações encaminhadas por e-mail, enfatizando que a comissão vai priorizar o atendimento por esse canal. Destaca que qualquer inconsistência, qualquer sugestão será analisada pela comissão que verificará as informações para que a publicação não contenha equívocos. Informa que o e-mail é concurso2016@ifes.edu.br, destacando que os editais já foram publicados e que a partir desse momento, é previsto que os candidatos liguem para qualquer telefone associado ao Ifes para obter informações. Assim, solicita que os candidatos sejam instruídos a encaminhar suas dúvidas para o e-mail constante no edital, para evitar problemas futuros. Relata que o e-mail concurso2016@ifes.edu.br é um meio de comunicação interna, solicitando que não o divulguem a candidatos para que se evitem situações constrangedoras, enfatizando que cada edital tem um e-mail próprio. O diretor Mauro relata que semana que vem, possivelmente, o edital de remoção será publicado, destacando que a comissão é formada pelos servidores Gabriel e Geuvânio, destacando que esses servidores já foram membros da comissão do último concurso. Destaca que, em função do feriado, a próxima semana será muito curta, enfatizando que, caso haja atraso no envio de perfis, o concurso principal será prejudicado. A professora Mariana explica o planejamento da comissão, seus demandantes, destacando que foi solicitado por email que qualquer alteração fosse validada previamente com a DGP, pois o controle da planilha é realizado pela diretora Danusa. Relata que a comissão de concursos e a comissão de remoção interna tem que trabalhar em conjunto para que os perfis de remoção sejam bem construídos e bem colapsados. A dirigente Edna reclama das regras constantes nos últimos editais que remoção, exemplificando o caso de uma servidora que se inscreveu durante a licença de capacitação, sugerindo que o servidor tem que estar apto para ir para o campus de destino imediatamente. O dirigente Carlos Bettero concorda com a dirigente, ressaltando que a inclusão dessa cláusula evitaria muitas situações constrangedoras. O Presidente sugere que o servidor deve estar em pleno exercício de sua função no campus de origem para que possa assumir imediatamente no campus de destino. Destaca que o servidor afastado para capacitação não pode solicitar remoção, acrescentando que, no caso de afastamento parcial, deve-se solicitar a anuência do diretor do campus de destino. A diretora Danusa relata que não se pode cessar o direito de participar de um servidor, visto que a regra do edital não é superior a legislação, acrescentando que essa situação é muito complicada e que por mais prejuízo que gere a um campus, impedir a participação de servidor pode ter consequências piores. O Presidente relata que aqueles campi que já tem perfis para as vagas podem encaminhar as indicações de bancas. A professora Mariana esclarece que a Facto fará a contratação das bancas cujo pagamento não será por Gec, visto que haverá um contrato, acrescentando que haverá treinamento para as bancas. O Presidente alerta para o início das campanhas para as eleições municipais, destacando que há uma série de regras a respeito do comportamento do servidor e do dirigente, assim, acrescenta que, caso algum candidato solicite a participação do diretor ou algum tipo de filmagem, que se faça o contato com a CSO para orientações. Relata que o sinal analógico da televisão vai ser desligado e ainda há uma grande quantidade de residências que utilizam esse tipo de sinal, havendo, desta forma, risco de uma parcela significativa para população fique sem o sinal de TV. Desta forma, revela que a Rede Globo elaborou um projeto nacional para realizar esse serviço de forma

gratuita, destacando que, para implementá-lo procurou o Conif como parceiro, destacando que esse projeto é muito interessante para o Ifes, uma vez que além de colocar o aluno para resolver um problema concreto do cidadão, será uma grande propaganda. Relata que muitos institutos federais vão aderir ao projeto, revelando que, possivelmente, o Conif assine, durante o evento da Reditec, um termo de cooperação com a Rede Globo e com o Estado do Espírito Santo. Informa que qualquer aluno pode participar do projeto, apesar de que, aqueles da área de eletrônica terão mais facilidade, destacando que o trabalho é simples, ou seja, instalação de um conversor digital/analógico. Em relação à situação nacional, revela que havia uma expectativa de que, após a votação do impeachment, uma estabilidade seria criada, acrescentando que, como foram realizadas duas votações, uma sobre o impeachment e outra sobre a cassação dos direitos políticos, ainda haverá novos problemas uma vez que o procedimento foi contrário ao que determina a constituição, e que por isso, relata a possibilidade de um pouco mais de instabilidade. Revela a intenção de se realizar um dia de mobilização do Conif, no qual se pretende levar todos os diretores-gerais para Brasília, acrescentando que na conferência a ser realizada na próxima segunda-feira haverá uma definição, enfatizando que o evento da Reditec será usado como trabalho de mobilização. Em relação ao Sinasefe, revela que o sindicato nacional não atravessa um momento favorável em virtude da divergência entre as diversas correntes políticas que compõem sua direção, acrescenta que há muitas dificuldades para se organizar e iniciar um processo de mobilização, ao contrário do sindicato regional que está se mobilizando, enfatizando que, diferentemente da última gestão, o Sinasefe-Ifes não está contrário a gestão, propondo e incentivando o diálogo, mas alerta que, caso não haja um acordo, as bases vão se movimentar em defesas de seus interesses. Alerta que não seja realizada uma reunião geral de imediato, sugerindo que, em um primeiro momento, seja um evento com os servidores e depois sim com a comunidade, destacando que os dirigentes devem ser, juntamente com o Sinasefe, protagonistas no processo. Revela que todos os dirigentes serão convidados por e-mail para a abertura dos jogos regionais que acontecerão no Sesc Guarapari no dia 06/09 às 19:30, destacando que a importância da presença dos dirigentes no evento. Revela os problemas com professores de educação física que reclamam da falta de pagamento de diárias, justificando que não se pode efetuar esse tipo de pagamento para jogos regionais, e acrescentando que se pode fazer, em contrapartida, um auxílio complementar. O dirigente Ricardo destaca que o evento está disponibilizando café da manhã, almoço, lanche e transporte. O Presidente abre o **item 4** e passa a palavra para a pró-reitora Araceli que destaca que o valor de 51 reais está defasado, justificando que o valor cobre as despesas do processo seletivo do início do ano, mas que é insuficiente para arcar com os custos do processo seletivo do segundo semestre. Relata que a comissão sugere aumentar para 60 reais, destacando que os alunos que cursaram as duas últimas séries em escolas públicas são isentos do pagamento da taxa, e enfatizando que a taxa do Enem é de 68 reais. O conselheiro Welinton sugere que se iguale ao valor do Enem. O Presidente relata que levará a questão para o Conselho Superior, pois é sua atribuição. O dirigente Flávio afirma que o aumento é justo mas que deveria ser reajustado anualmente, para que não haja uma defasagem tão grande. O dirigente Ricardo solicita que, nesse caso, haja mais isenções para os alunos do Proeja. O Presidente relata que pode haver uma margem maior de isenção, a partir de uma análise cuidadosa de cada caso. O Colégio de Dirigentes estabelece o valor de 68 reais para a taxa de processos seletivos do Ifes. O Presidente abre o **item 2** e passa a palavra para o professor André que inicia a apresentação da proposta de distribuição de dinter's que iniciarão nesse semestre. Durante a apresentação dos dinter's, destaca que o deslocamento será mensal para duas semanas de aulas, dependente do programa, acrescentando que os campi devem arcar com todos os valores, com exceção daqueles correspondentes à captação da Capes. Ao ser questionado sobre a existência de afastamento pelo

diretor Mauro, o professor André informa que é obrigatório o estágio nas instituições ofertantes. A dirigente Danusa esclarece que não se pode afastar servidor ocupante de função, devendo ele ser exonerado da função para conseguir o afastamento. Após discussões ficam assim distribuídas as vagas. Dinter Ciências da Saúde – UFRJ: Vitória, 6; Vila Velha, 1; Nova Venécia, 1; Piúma, 1; Montanha, 1; Alegre, 1; Centro-Serrano, 1; Cachoeiro, 1; Santa Teresa, 1; Ibatiba, 1; Linhares, 1; Barra de São Francisco, 1; Colatina, 1; Viana, 1. Dinter Mecânica – Unicamp: Aracruz, 10; Serra, 2; Cariacica, 2; Piúma, 1; Vitória, 3; Cachoeiro, 2; São Mateus, 1; Linhares, 1; Montanha, 1; Ibatiba, 1; Guarapari, 2; Nova Venécia, 1. Dinter Produção Vegetal – UENF: Alegre, 9; Venda Nova, 1; Ibatiba, 1; Piúma, 1; Itapina, 4; Montanha, 1; Santa Teresa, 5. O Presidente solicita atenção ao alinhamento da formação do professor com sua área de trabalho, a fim de evitar problemas com o MPF. Sugere a contratação de hospedagem com pensão completa em substituição ao pagamento de diária, enfatizando que essa medida gera considerável redução de custos. Abre o **item 3** e passa a palavra para o pró-reitor Renato Tannure que relata que a Proex publicou edital de bolsa de iniciação de extensão, destacando que foram encaminhadas 86 propostas, número expressivo para um primeiro edital. Informa que a qualidade das propostas é boa e que a partir de novembro deve iniciar a execução, ressaltando que os valores são de 720 reais para mestrado ou lato sensu, 420 reais para graduação e 170 reais para cursos técnicos, enfatizando que haverá por volta de 4 a 5 bolsas por campus. Relata que devem ser executadas 50 ações pagas pelo recurso da LOA destinado à extensão, destacando que o pagamento será realizado pelo próprio campus. O Presidente explica que o recurso será repassado ao campus para efetuar o pagamento aos bolsistas. O pró-reitor Tannure destaca que haverá uma fonte específica para a extensão. O dirigente Ricardo solicita uma divulgação abrangente, por meio de ofício e e-mail, detalhando valores dentre outras informações pertinentes. O pró-reitor Tannure relata que haverá divulgação, destacando que a prestação de contas será única. Explica que a bolsa pode ser contratada no início de outubro, com duração de 12 meses, ou em fevereiro/2017, com duração de 6 meses. Relata que a Proex tem trabalhado para aumentar o apoio às ações de extensão, divulgando que ainda em 2016 será publicado o edital de inovação com ações específicas para esse fim. O Presidente abre o **item 5** e passa a palavra para a diretora Danusa que relata a intenção de se publicar dois editais de professores substitutos por ano, um em fevereiro e outro, em julho, destacando que esses processos seriam centralizados na Reitoria com o intuito de minimizar custos, no entanto, acrescenta que, em situações inesperadas, o campus poderia publicar o edital. Relata que não haverá diferenciação de bancas que trabalharão nos campi, ressaltando que a instituição está sendo auditada pela CGU por causa da contratação de professores substitutos, sendo questionada, dentre outros motivos, pela publicação de edital, formas de tratamento, etc. O dirigente Ricardo relata que o edital do campus Nova Venécia foi enorme, sugerindo a publicação apenas do extrato da mesma forma que acontece em processos licitatórios, sendo que nestes casos, o edital completo está no comprasnet. A diretora esclarece que a CGU recomendou que o edital deve estar publicado integralmente no DOU. O dirigente Ricardo sugere que o Ifes vá a CGU e apresente os custos e os valores envolvidos. O Presidente solicita que os dirigentes analisem o arquivo que será encaminhado pela diretora Danusa, estipulando o prazo de uma semana para manifestações e sugestões, destacando que, na ausência destas, o arquivo será encaminhado ao Conselho Superior. Abre o **item 6** e passa palavra para o dirigente Luiz Braz que relata que a análise dos processos de progressão não é padronizada, ressaltando a ausência de uma avaliação objetiva a qual está criando muitos problemas para a instituição. O Presidente relata que os problemas não se atém apenas ao trabalho da CPPD, visto que os diretores-gerais não publicam os períodos avaliativos. A dirigente Edna relata que apesar de ter sido aprovada como professora titular, a respectiva portaria até o momento não foi publicada, destacando que todos os formulários necessários

foram preenchidos e mesmo assim, a CPPD não autorizou a publicação do documento. Explica que a CSPPD de Cariacica analisou toda a documentação e encaminhou para a CPPD que solicitou uma declaração que anulasse os papéis de produção assinado pela comissão, para que assim, fosse publicada a portaria, enfatizando que tal postura constitui-se um claro abuso de poder. Destaca que a CPPD tem um papel consultivo, e em vez de exercê-lo, enfatiza que suas ações estão prejudicando os docentes, e ressalta que não esperava ser tratada, após 25 anos dedicados à instituição, da forma que a CPPD está fazendo. Revela que o conselho da CPPD é de que o docente aceite a proposta de anulação e que fique com uma nota zero, questiona as razões dessa sugestão, visto que a anulação por causa de uma publicidade que não estava no calendário não parece ser uma medida razoável. A pró-reitora Araceli destaca que esse procedimento está previsto na resolução nº 38/2013. A dirigente Edna destaca as perdas salariais em função desse impasse. O professor Fabiano relata que essas situações estão sendo observadas em todos os campi, explicando que, caso sua pontuação não permita a progressão, a CSPPD emite uma declaração confirmando a progressão mesmo sem alcançar pontuação exigida, acrescentando que, a partir disso, a CPPD consente com a progressão, e destacando que não entender os motivos para esse procedimento. O dirigente Hermes concorda com a exposição do professor Fabiano destacando que são questões incoerentes. Destaca que além disso, há um problema com a tramitação processual, uma vez que é inadmissível que um processo demore 6 a 7 meses, ressaltando que, além de haver algum erro, o sistema está muito burocrático e personalista. Sugere que as CSPPD's tenham mais autonomia, visto que, da forma que os processos são conduzidos, há pouca valorização dessas comissões. O dirigente Carlos Bettero manifesta-se solidário aos relatos, explicando uma ação por parte da direção do campus Cachoeiro que ao verificar uma falha no processo de afastamento de doutorado, interferiu com o intuito de saná-la, mas que tal ato gerou um problema maior com a CPPD, no entanto, acrescenta que a direção-geral assumiu a responsabilidade pelo ato. Destacando o caso de um professor, referência em língua portuguesa, que solicitou progressão em dezembro de 2015 e esta só foi concedida em agosto de 2016. A dirigente Denise revela a situação de um professor que foi cedido a outro órgão e que não consegue progredir, acrescentando que não há ninguém que possa orientá-lo e ou solucionar a situação. O pró-reitor Renato Tannure sugere que a resolução seja revista, destacando que as políticas de extensão não estão contempladas no texto normativo. O Presidente explica que a resolução 38/2013 foi elaborada logo após da publicação da nova Lei da carreira docente, que apresentava dentre suas novidades, a obrigatoriedade da CPPD. Destaca que antes dessa exigência legal, os processos de progressão do Ifes, que não tinha CPPD, tramitavam sem grandes problemas, enfatizando que tanto a CPPD quanto a CIS, historicamente, tiveram um papel importante na instituição, principalmente no combate a opressão por parte da chefia, fato comum naqueles períodos de falta de democracia institucional. Ressalta que, no entanto, a realidade atual é outra, e esse papel de combate não é mais necessário, enfatizando que, diferentemente da CPPD, a CIS evolui para uma comissão de supervisão, mas que, mediante algum problema, defenderá os interesses dos técnico-administrativos. Explica que as atribuições da CPPD, colocam-na no fluxo de todos os processos que envolvem docentes, acrescentando que essa situação, criou um afunilamento processual e um entrave institucional de difícil solução, enfatizando que não se deve ignorar as questões políticas afeitas à CPPD. Relata que foi realizado um amplo estudo para que as tramitações processuais transcorressem da melhor maneira possível, mas que foi insuficiente para prever todas as situações, acrescentando que, a CPPD provisória foi efetiva na solução de alguns problemas, e auxiliou na diminuição do acúmulo de processos. Relata que a criação das CSPPD's foi uma forma de minimizar problemas de tramitação, destacando que a intenção que todo o trabalho de análise processual fosse realizado pelas comissões setoriais, restando à CPPD a homologação da

progressão. No entanto, acrescenta que, contrariamente ao previsto, a CPPD entende que uma de suas tarefas, senão a principal, é analisar detalhadamente o trabalho da CSPPD, gerando, conseqüentemente, um retrabalho e um gargalo processual. Relata que a CPPD deveria se ater ao seu papel de órgão consultivo, parabenizando o dirigente Bettero pelo ato praticado pela direção do campus Cachoeiro e enfatizando que o gestor tem autonomia para seguir ou não a recomendação da CPPD. Sugere a revisão da resolução, destacando que essa ação não pode ser responsabilidade da CPPD, uma vez que a comissão é também parte do problema. Relata que o papel da CPPD está definido em lei, mas que, cabe a instituição interpretá-lo e adequá-lo as suas necessidades administrativas, evidentemente que, dentro dos limites legais, sugerindo a seguinte composição de comissão responsável por analisar os problemas relatados: um membro da CPPD, um membro CSPPD dos campi do norte, um membro da CSPPD dos campi do sul, um membro da CSPPD dos campi da região metropolitana, um membro da gestão de pessoas, um membro do fórum de gestão de pessoas, um diretor-geral e um membro do Conselho Superior. Sugere também, o prazo de 60 dias para a conclusão dos trabalhos, ou seja, apresentação de uma proposta de resolução. O Presidente informa que a instituição tem o Pit e que deveria ter o Rit também, mas que, infelizmente, as pessoas não encaram esse relatório com a devida seriedade, enfatizando que as determinações legais devem ser cumpridas e ressaltando a ausência de transparência na divulgação dos Pit's e Rit's. Destaca que há instituições que publicam tanto o Pit quanto o Rit, utilizando essas informações, validadas por meio de auditoria, para os processos de progressão. Enfatiza que o sistema está pronto e é utilizado na UFRN, e caso o Ifes opte por utilizá-lo, é necessário apenas a emissão de uma portaria. O dirigente Welinton relata que há uma carga horária definida para os membros da CPPD, acrescentando que, em contrapartida, deveria haver um relatório de produtividade para confrontar as informações e verificar possíveis excessos de trabalhos, caso contrário, sempre haverá um gargalo processual. Revela que quando a CPPD solicitou dois professores para auxiliar na análise de processos por causa de um acúmulo destes, o campus Nova Venécia não disponibilizou os servidores, justificando que essa prerrogativa é do Reitor e não da CPPD. Destaca que se a CPPD é um órgão criado para auxiliar os docentes e deve ter uma maneira de avaliar o que está sendo efetivamente realizado, uma vez que, se a responsabilidade da CPPD é assessoramento, ela não pode travar os processos e prejudicar os professores. Alerta que a administração pública tem prazos legais que devem ser cumpridos, exemplificando que atos decisórios devem ser despachados em, no máximo, trinta dias, expondo sua indignação pelo fato de haver processos há mais de 1 ano na CPPD. O Presidente solicita precaução nas análises, uma vez que, caso o principal motivo seja a lentidão na análise e tramitação processual, a CPPD pode justificar que tal conduta é resultado das normas e atos estabelecidos pela resolução, acrescentando que, nesse caso em si, a melhor solução é admitir que há diversos erros e assim, trabalhar em uma solução conjunto e geral. A dirigente Edna questiona quem será responsabilizado por suas perdas salariais, uma vez que não há retroatividade, ou seja, o recebimento só é autorizado a partir da publicação de portaria, concordando, a seguir, com a criação da comissão. O dirigente José Orlandi explica a tramitação do Rit, destacando que ele é avaliado por uma comissão de coordenadoria do campus Serra. O Presidente avalia que é um bom procedimento, mas ainda corporativo. O dirigente Ricardo alerta que se deve verificar a produção daqueles que recebem para exercer um trabalho que aparentemente não está a contento ou não é realizado. A dirigente Denise relata que tanto para os pró-reitores quanto para os diretores a apresentação do Rit é confusa, sugerindo a elaboração de uma metodologia mais simples e prática. O dirigente Mário explica a situação de um servidor que foi removido para outro campus e que por isso, está sendo avaliado pelos campi de origem e destino, destacando que a resolução 15 era muito subjetiva, enquanto a 38 tornou o processo mais objetivo, mas

ainda assim insuficiente. A diretora Danusa relata a dificuldade de se trabalhar com a CPPD, uma vez que se prioriza a ordem de chegada e não o assunto do processo. Revela sua preocupação com algumas atitudes dos membros da CPPD, dentre elas, a de levar processos para análise, destacando que, no caso de extravio, haverá muitos problemas. O Presidente resume todos os relatos em dois problemas: o funcionamento da CPPD e a resolução 38/2013, enfatizando que não se deve discutir qual é o maior, mas sim resolvê-los, afirmando que a comissão poderá solucioná-los. O dirigente André sugere que os dirigentes, por meio da formalização dos problemas ocorridos, instruísem a comissão, ou seja, fornecessem subsídios para seus trabalhos. A diretora Danusa relata que foi encaminhado ao Conselho Superior uma proposta de alteração da resolução de concessão de RSC, uma vez que muitos pedidos estão sendo subsidiados pela ata de defesa, acrescentando que a CGU verificou essa ação e recomendou a adequação, desta forma, justifica que a alteração visa adequar a resolução de RSC aos parâmetros estabelecidos para os títulos provisórios. O Colégio de Dirigentes aprova a alteração. O Presidente passa a palavra para o dirigente Anderson que relata que a conformidade contábil deve ser realizado por um contador, acrescentando que a auditoria interna revelou a obrigatoriedade de um contador substituto com registro do conselho de contabilidade e sugerindo que a Proad ficasse responsável pela emissão da conformidade contábil nos períodos de afastamento e ou licença do contador do campus. O Presidente sugere que essa questão seja discutida no fórum de administração. O Colégio de Dirigentes concorda. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradece a presença de todos e declara a reunião encerrada. Eu, Alessandro Gonçalves de Assis, lavrei a presente ata, que será submetida à aprovação de todos os presentes.